

JB



ESCOLA SUPERIOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

CONSELHO DE REPRESENTANTES

ATA N.º 65 /2026

Ao sétimo dia do mês de setembro de dois mil e vinte seis, pelas quinze horas, reuniu o Conselho de Representantes (CR) da Escola Superior de Comunicação Social, na sala 4G4.

Na reunião estiveram presentes os seguintes membros: Afonso Leal, André Costa, Filipa Subtil, João Barros, Jorge Trindade, Jorge Souto, Júlia Leitão de Barros, Mafalda Andrade, Paula Nobre, Paulo Barbosa, Pedro Gomes, Rúben Neves.

Os conselheiros, funcionários docentes e não docentes, comunicaram atempadamente a sua impossibilidade de participação na reunião, o que foi aceite pelo Conselho.

A reunião foi secretaria por Tammye Morais, tendo a seguinte ordem de trabalhos:

1. Novo regime de contratação dos docentes convidados em regime parcial.

1. Novo regime de contratação dos docentes convidados em regime parcial

A Presidente do Conselho de Representantes, Júlia Leitão de Barros, iniciou a reunião agradecendo a presença dos membros e apresentando a funcionária Tammye Morais, que assumiu a responsabilidade pela redação da ata da reunião. De seguida, reiterou os agradecimentos aos presentes e destacou a relevância do papel do Conselho de Representantes no atual contexto de grave crise institucional, sem paralelo na ESCS nos últimos trinta anos. Mencionou

igualmente que evitou deliberadamente abordar os membros do Conselho, antes de conhecer em detalhe a situação. Afirmou que, na presente sessão, contava com a colaboração e o contributo de todos.

Tendo em conta que os alunos presentes estariam, provavelmente, menos informados da crise institucional que a ESCS vive, Júlia Leitão de Barros optou por fazer uma cronologia dos factos. Começou por referir que, no dia 9 de junho, deste ano, a ESCS teve uma sessão, aberta a toda a comunidade, onde foi apresentado um programa, pela então candidata à presidência da ESCS, professora Sandra Miranda onde se podia ler, entre outros aspetos: “importa reconhecer que a qualidade institucional depende também do bem-estar, da conciliação, da autonomia e do sentido de pertença das suas pessoas”. Nesse mesmo dia, o Conselho de Representantes, antes de proceder à votação da eleição da candidata, questionou durante mais de três horas Sandra Miranda, entre outros aspetos, como contava financiar o seu ambicioso programa para a ESCS, não tendo havido qualquer alerta sobre uma situação financeira grave. A candidata foi, aliás, eleita por unanimidade, a que se seguiu, a 30 de junho, a sua tomada de posse.

Neste contexto, foi com surpresa que, a 30 de julho, Júlia Leitão de Barros teve conhecimento, juntamente com os presidentes e coordenadores dos outros órgãos de governo da ESCS, que devido a questões financeiras os professores convidados iriam ter, a partir de setembro, os seus contratos reduzidos de 12 para 10 meses e de 6 para 5 meses. A presidente esclareceu então os estudantes presentes quanto à distinção entre os professores de carreira e professores convidados (renovados anualmente), salientando que a Escola conta com cerca de 48% de docentes convidados, sem os quais o seu funcionamento regular fica inviabilizado. Júlia Leitão de Barros reforçou que esta medida para além de acentuar a precarização de uma vasta parte do corpo docente, penaliza o funcionamento da ESCS. Lembrou que no universo de docentes convidados, muitos são “falsos” convidados, pelo menos 23 desempenham funções na ESCS há mais de 10 anos, pelo menos 13 há mais de 15 anos e 18 entre 5 a 10 anos. Afirmou que a sua colaboração transcende a mera atividade letiva: 8 assumem funções de subcoordenadores de Licenciaturas, Mestrados e Pós-Graduações, vários integram os órgãos de gestão da Escola (havendo 2 suplentes no Conselho

de Representantes e 3 membros efetivos no Conselho Pedagógico), muitos asseguram a orientação de dissertações de mestrado, encontrando-se integrados na Cátedra, no LIACOM, sendo que a maioria são professores envolvidos em projetos de investigação e pedagógicos, como a revista *Comunicação Pública*, E2, Revista Narrativas, Diário Lx e em múltiplas outras iniciativas da ESCS. Estes dados concretos foram apresentados no sentido de demonstrar a indispensabilidade dos professores convidados, explicando como a medida tomada abala a própria estrutura de funcionamento da instituição.

A presidente explicou ainda que, a 15 de julho, decorreu no Conselho Técnico-Científico a aprovação da distribuição de serviço docente, sem ter sido dada indicação sobre qualquer situação financeira extraordinária. Segundo a Presidente da ESCS, após o envio dessa informação para a UPL, foi apurado que o encargo salarial da ESCS sofreria um aumento de cerca de 10% não sendo comportável. Nesse contexto, a 28 de julho, sob indicação do Reitor, a Presidente determinou que a solução para os constrangimentos orçamentais da ESCS passaria pela redução de dois meses na vigência dos contratos desses docentes convidados. Tratou-se de uma deliberação adotada sem a consulta prévia dos órgãos de governo da ESCS, tendo sido comunicada aos professores contratados pelos coordenadores de departamento, um dia antes das férias começarem, a 30 de julho.

Júlia Leitão de Barros enfatizou ainda a celeridade com que os docentes convidados se organizaram no decurso de apenas uma semana, no início de agosto, mesmo em período de férias, subscrevendo e remetendo por e-mail uma carta de contestação da medida, assinada por 63 docentes convidados e 20 de carreira, incluindo grande parte dos membros deste Conselho.

Na sequência do envio dessa carta, Sandra Miranda convocou uma reunião extraordinária, a 12 de agosto, com os coordenadores de departamento, os presidentes dos órgãos de governo, bem como com um representante dos professores convidados. No entanto, os professores convidados optaram por não comparecer, pedindo uma reunião com a direção onde todos pudessem estar presentes. Na reunião de 12 de agosto, com a presença do Reitor, foi comunicado pela Presidente da ESCS que a situação económico-financeira da Escola era

insustentável, antecipando-se um défice de 600 mil euros, e que a diminuição do tempo dos contratos permitiria uma poupança de 200 mil euros.

Na mesma reunião, questionou-se a ausência de uma discussão alargada na comunidade escolar sobre este assunto, devido às repercussões diretas desta medida na vida académica. Interrogou-se igualmente a razão pela qual a UPL não iria ajudar a ESCS como em anos anteriores, apontando-se o subfinanciamento estrutural face a outras unidades orgânicas, tendo sido esclarecido que a dotação financeira atribuída à UPL pelo Orçamento do Estado tem vindo a diminuir, como resultado da quebra do número de estudantes. Nessa reunião, Júlia Leitão de Barros pediu mais informação e considerou injusto imputar as medidas de contenção sobre os docentes sujeitos a vínculos contratuais mais precários.

A presidente do CR informou ainda que o número de subscritores da carta foi aumentando durante o mês de agosto, mantendo-se, neste início de setembro, o pedido dos professores convidados de uma reunião com a direção da ESCS. Júlia Leitão de Barros informou que recolheu elementos relativos à situação dos contratos dos docentes convidados, esclarecendo que, de um total de 87 contratos só 11 têm o processo completo, a uma semana do início do ano letivo. Informou que existe a possibilidade de marcação de uma greve dos docentes convidados para a primeira semana, do 1º semestre, com o objetivo de tentar a suspensão da medida, pelo menos durante o corrente ano letivo.

Júlia Leitão de Barros informou que, neste contexto, no passado dia 3, houve uma reunião da Direção da ESCS com o presidente do Conselho Técnico- Científico, professor Jorge Veríssimo, a presidente do Conselho Pedagógico, professora Cláudia Silvestre, e ela própria, da qual resultou que a Direção, juntamente com os órgãos de governo da Escola, reunirá amanhã, terça-feira (8/9) com o Reitor UPL.

A presidente do CR informou que a Presidente da ESCS optou por esclarecer a situação com reuniões por departamento, que têm vindo a decorrer. No entanto, a Direção já informou que vai agendar, ainda esta semana, uma reunião com os docentes convidados.

Após o enquadramento da situação, Júlia Leitão de Barros não quis deixar de realçar o facto de, no presente ano letivo, a Escola ter preenchido a totalidade das

vagas, logo na primeira fase do concurso de acesso, posicionando as suas quatro licenciaturas no ranking das dez melhores notas de entrada da UPL, o que é um elemento revelador da elevada reputação da ESCS. Júlia Leitão de Barros concedeu a palavra aos restantes conselheiros, para que se pudessem pronunciar-se sobre as vias de atuação do CR perante este cenário.

João Barros interveio, defendendo que é importante ouvir a Presidente Sandra Miranda no Conselho de Representantes, distinguindo a audição da Presidente nas reuniões por departamento da audição em reunião Conselho de Representantes.

Rúben Neves questionou se, aquando da aprovação do plano financeiro e estratégico para o ano letivo, a candidata Sandra Miranda já dispunha de conhecimento sobre o referido défice. Sustentou que compete ao Conselho de Representantes ser esclarecido de modo formal sobre a realidade dos factos, visto que a decisão de a eleger decorreu dos pressupostos inscritos no programa de candidatura apresentado, considerando inaceitável ter agora de “aceitar” uma situação de crise. Sublinhou que o objetivo do Conselho é blindar a Escola, não podendo o órgão incorrer numa postura de permissividade que propicie, daqui a dois ou três anos, a repetição do mesmo cenário, uma vez que a escola vai continuar com mais despesa e menos financiamento.

Júlia Leitão de Barros considerou que existem outras modalidades de cortes e afirmou confiar que a questão ficará resolvida ainda no presente ano letivo.

Pedro Gomes concordou com a intervenção de João Barros quanto à pertinência da audição de Sandra Miranda no Conselho de Representantes, propondo igualmente que os docentes convidados fossem ouvidos no Conselho.

Jorge Souto agradeceu as informações apresentadas por Júlia Leitão de Barros e recordou que “a Escola somos todos”. Defendeu que a superação do problema exige dois momentos: identificar se se trata de um problema de tesouraria, se a UPL não tem mesmo dinheiro porque o gastou de outra forma, sendo um problema conjuntural, ou se é um problema estrutural, um problema da UPL. Acrescentou que seria importante o Conselho auscultar os professores convidados, questionando se os mesmos possuem representantes formalmente mandatados para o efeito.

Paulo Barbosa afirmou ter assistido à reunião dos departamentos, referindo ter percebido que a diminuição do tempo de contratos foi imposta pela UPL. Assinalou que, aquando da apresentação do orçamento da ESCS pelo anterior Presidente, André Sendin, no ano anterior, não houve oposição, ao passo que este ano afirmaram que não há dinheiro.

Filipa Subtil salientou que Sandra Miranda tem obrigação de conhecer o estado do financiamento, atendendo a que integrava a Direção anterior. Rúben Neves chamou à atenção que todos queremos entender como chegámos aqui daí que também seja importante ouvir o ex-presidente André Sendin, pois há um orçamento apresentado em maio de 2026. O conselheiro propôs chamar a antiga Direção e a atual Direção para prestar esclarecimentos diante do Conselho.

Jorge Trindade disse haver um jogo vicioso de muitos anos, um subfinanciamento crónico que é suprido com a ajuda da UPL e talvez fosse possível prever que um dia essa ajuda não iria mais acontecer, porém, como a ESCS já estava acostumada a receber esse dinheiro, ficou conformada. Para Ruben Neves, Sandra Miranda contou com esse conformismo e contou com o dinheiro. João Barros concordou com a necessidade de ouvir Sandra Miranda e André Sendin, salientando a necessidade de perceber a cronologia dos fatos, para se perceber quem começou de facto a cometer o “erro financeiro”.

Júlia Leitão de Barros defendeu que os ajustes deveriam ter sido para todos os docentes e não apenas para os convidados.

A Presidente Júlia Leitão de Barros colocou em votação:

“Convite para a anterior Direção ser ouvida na reunião do CR”.

Foi aprovada por unanimidade.

De seguida, a Presidente colocou em votação:

“Convocar a atual presidente para ser ouvida no CR.”

Foi aprovada por unanimidade.

Passou-se à discussão sobre a comparência dos docentes convidados perante o CR. Paulo Barbosa questionou se estes trariam informação nova. Filipa Subtil sustentou que, independentemente das informações, os docentes convidados ainda não tinham sido ouvidos, pelo que é importante o CR fazer esse papel. João Barros reforçou a importância de ouvir as duas partes: a Presidente Sandra Miranda e os docentes convidados.

De seguida, a Presidente colocou em votação:

“Convocar os professores convidados para serem ouvidos no CR.”

Foi aprovado por unanimidade.

Júlia Leitão de Barros abordou seguidamente o modelo de auscultação dos docentes convidados, sugerindo que lhes fosse dirigido o convite, dando-lhes oportunidade de definirem qual a modalidade de comparência, quer se desloquem todos ou através de representantes.

Rúben Neves reiterou que os docentes convidados devem ser ouvidos, mas não de qualquer forma, devendo enviar representantes. O conselheiro afirmou que não seria proveitoso deslocarem-se todos ao CR e que seria melhor convidarem um representante deles. João Barros acha que entre eles vai haver bom senso, que naturalmente vão arranjar um, ou vários representantes, para enviar à reunião. Jorge Trindade também considera que vai existir bom senso e que os docentes vão enviar representantes.

Jorge Souto salientou que, num primeiro momento, seria bom ouvir todos os que manifestassem intenção de se expressarem, mesmo que envolvesse uma centena de docentes, dando assim a possibilidade de decidirem como acharem mais útil. Todavia, concordou com João Barros de que prevalecerá o bom senso de enviar representantes, sobretudo depois da reunião já prevista com a Presidente Sandra Miranda.

Pedro Gomes disse que os docentes convidados deveriam poder designar os representantes que entendessem. Mafalda Andrade disse acreditar que os docentes convidados não vão ter um representante, uma vez que já tiveram uma oportunidade para tal, quando foram convidados para a reunião do dia 12/8, com

os Coordenadores dos Departamentos e a Presidente Sandra Miranda e não o fizeram. Portanto, se arranjam um representante agora seria incoerente.

Pedro Gomes disse que o CR se deve circunscrever ao conteúdo da carta que os docentes convidados enviaram, na qual apresentam argumentos que justificam que sejam ouvidos da forma que entenderem. Jorge Souto concordou que os docentes convidados devem ser ouvidos no formato que acharem mais conveniente.

A Presidente Júlia Leitão de Barros colocou duas propostas a votação:

Proposta A

“Serão ouvidos no formato que entendam conveniente”.

Proposta B

“Serão ouvidos no formato que se considerem representados”.

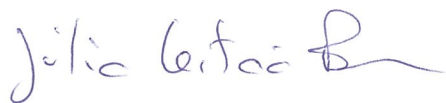
A proposta A obteve 8 votos favoráveis e a proposta B obteve 4 votos favoráveis, tendo sido aprovada a proposta A.

Júlia Leitão de Barros perguntou aos conselheiros se, a título excecional, concordam que a reunião do CR se realize no próximo dia 10 de setembro, não cumprindo o mínimo de cinco dias úteis exigidos às convocatórias. Colocou-se à votação essa proposta, que foi aprovada por unanimidade.

Filipa Subtil sugeriu a fixação de um horário nessa reunião, para assegurar a disciplina dos trabalhos: das 10h30 às 11h30 para a audição da anterior Direção; das 11h30 às 12h30 para a audição da Presidente Sandra Miranda; e das 12h30 às 13h30 para a auscultação dos docentes convidados.

Pelas 17 horas a Presidente deu por concluída a reunião, reiterando a convocação da próxima reunião extraordinária para quinta-feira, dia 10 de setembro, pelas 09h30, na sala 4G4.

A Presidente do Conselho de Representantes



Júlia Leitão de Barros